

## Um relato sobre a mesa de debates a respeito da redepartamentalização – Botucatu, 3/10/2019

Promovida pela Faculdade de Medicina de Botucatu, aconteceu em Botucatu, no dia 3/10/2019, um debate sobre redepartamentalização. A Adunesp foi convidada a expor sua avaliação sobre o assunto e esteve representada por seus diretores Antônio Luís de Andrade (Tato), que fez parte da mesa, e Dayse Iara dos Santos.

A Diretora da FMB, professora Maria Cristina Pereira Lima (Kika), presidiu a mesa, que contou com as seguintes presenças:

- Professor Wagner Vilegas, presidente da Comissão de Redepartamentalização da Unesp.
- Professora Maria Encarnação Beltrão Sposito (Comissão Permanente de Avaliação – CPA)
- Professor Marcos Minicucci, presidente da Comissão de Redepartamentalização da FMB
- Professor Luiz Carlos Zeferino, diretor da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp
- . Professor Antônio Luís de Andrade (Tato), representante da Adunesp
- . Cláudia Suzana Thomazini Camargo, representante dos servidores técnico-administrativos do campus
- . Isabel Cuba Gaspar, representante discente

**A seguir, confira um relato sobre a atividade, redigido por Dayse:**

“A mesa iniciou-se com uma breve explicação da professora Maria Cristina sobre a razão que levou à organização do encontro na Casa da Arte do Campus Botucatu: a necessidade de mais discussão acerca da proposta de redepartamentalização colocada pela Reitoria, e assim fornecer mais subsídios aos membros da Congregação da Faculdade de Medicina.

Em seguida, houve a apresentação de *slides* pelo Prof. Wagner Vilegas, que logo depois foi brevemente complementado pela Profa. Encarnação. Eles tentaram explicar alguns dos critérios que estariam sendo utilizados na formulação da proposta de redepartamentalização, com o objetivo de convencer a plateia de que esta proposta NÃO teria sua razão relacionada a problemas orçamentários, mas sim a uma “modernização acadêmica necessária” que pretende acabar com as assimetrias existentes na Unesp, tais como aquelas encontradas na relação entre os números de entradas no vestibular e o número de departamentos\* (quadro 1). O Prof. Vilegas frisou a necessidade de realizar as mudanças urgentemente, pois os chefes dos novos departamentos deveriam ser empossados no início de 2020.



**Quadro 1**

***Comparação entre departamentos e entrada no vestibular***

*\*Obs.: Esta necessidade não foi fundamentada teoricamente pelos apresentadores e, mais tarde, foi contestada pelo Prof. Zeferino (da Unicamp) sob o ponto de vista de uma realidade inerente da universidade. E, neste momento, a Profa. Encarnação disse que aquilo não era o mais importante... (!!)*

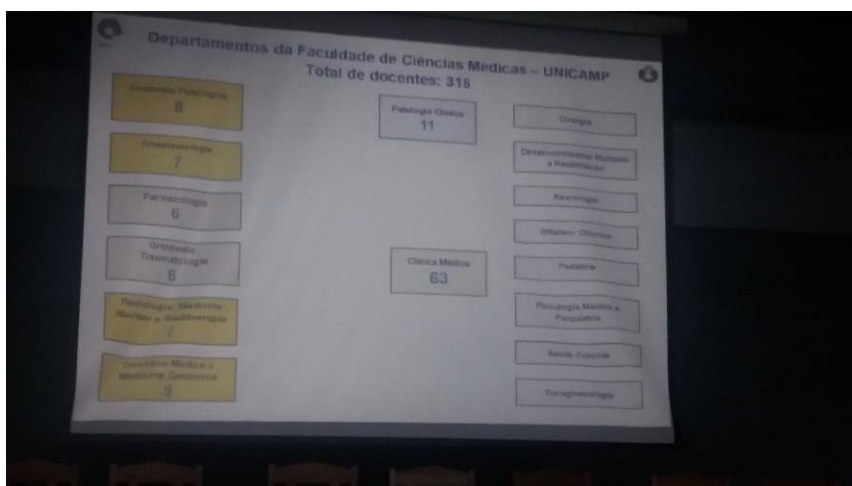


**Quadro 2**

***Evolução dos docentes ativos na Unesp***

Nesta apresentação, foi dito também que a Resolução 63 foi feita para resolver um problema estatutário e que isso já estava sendo tratado paralelamente desde o início da proposta (!). Mais tarde, a professora Encarnação informou que já existe uma questão judicial com relação a este não atendimento ao estatuto.

O Prof. Zeferino passou a apresentar *slides* sobre a assimetria existente na sua universidade (Quadro 3), mostrando a enorme diferença entre os departamentos da Faculdade de Medicina da Unicamp. Ele explicou que, em 2016, tentaram reduzir estas diferenças, mas não conseguiram efetivamente, pois a realidade das especialidades seria aquela. E, além disso, não foi possível fazer muitas contratações de docentes. Relatou que, embora o estatuto da Unicamp também considere 10 o número mínimo de docentes no departamento, o atendimento a esta exigência tem sido adiado oficialmente através da inserção de artigo 85<sup>a</sup>, parágrafo 1, no qual o CO poderá autorizar (maioria simples) o funcionamento de departamento com menos docentes por no máximo 24 meses. No entanto, não houve mudanças neste período e não há ainda decisão com relação a isso.



**QUADRO 3**

***Assimetria no número de docentes nos departamentos da Faculdade de Medicina Unicamp***

**Estatuto da Unicamp**

**Artigo 85.A.** A fusão, a manutenção ou a divisão de Departamento fica condicionada ao atendimento dos requisitos expressos nos Incisos I e II do artigo 85, bem como na existência de, pelo menos, 10 (dez) docentes.

**Parágrafo Único.** O Conselho Universitário poderá, em caráter excepcional, e pela maioria simples de seus membros, autorizar por período não superior a 24 meses, o funcionamento de Departamento com número inferior ao disposto no caput, à vista de justificativas fundadas em razões acadêmicas.

**QUADRO 4**

***Artigo no estatuto da Unicamp que coloca prazo de 24 meses para adequação***

Em seguida, foi a vez de Tato expor suas argumentações. Ele iniciou fazendo alusão a discussões em períodos anteriores e históricos da Unesp, e criticou medidas que estão sendo propostas pela atual reitoria, que são resultantes da sua

adesão a visões que são do momento (modismo) e que podem trazer danos e consequências danosas para a universidade em prazo de poucas décadas. Lembrou que a definição de muitos departamentos nas unidades ocorreu para eliminar tensões e também para atender interesses de grupos mais específicos. Comentou que tratar de maneira igual situações desiguais é manter as desigualdades; e utilizar exceções como uma regra geral para o conjunto da universidade pode levar à homogeneização e à pasteurização da universidade. Lembrou que a organização em departamentos foi uma evolução, superando a divisão por cátedras. Citou o desenvolvimento do parâmetro Joni e outras discussões feitas no sentido de tentar aperfeiçoar a distribuição de custeio e de vagas de servidores. Questionou o fato de que, se a tendência for o fim dos departamentos, estas mudanças precisam ser feitas com muito cuidado, além de ser preciso se colocar com clareza a outra forma de organização. Se ao longo do caminho destas mudanças não considerarmos todo o acúmulo de experiências vividas, das mudanças já realizadas em acordo com a comunidade e do comportamento estabelecido consensualmente dentro de nossos ambientes de trabalho, e com isso passarem a dar outra direção a esta universidade, correremos o risco de não mais ser possível encontrar a volta para a universidade já construída. Ressaltou que as mudanças não podem ser feitas de maneira verticalizada, como o receituário de médico, afirmando que é “para o seu bem”. E que, desta forma, todos perdem, a universidade, o sindicato, e principalmente a sociedade. Além disso, os departamentos se encontram insolventes, porque a prioridade da reitoria não tem sido a reposição dos docentes. Ressaltou que é necessário ter uma democracia de fato constituída por um diálogo efetivo e não somente ter a democracia de direito, respondendo somente a formalidades. Exemplificou os casos do IA e da FEG, para os quais não se levou em consideração a especificidade das áreas de cada um dos departamentos envolvidos.

Na mesa, ainda ocorreram as falas da representante dos servidores técnico-administrativos, Cláudia, e da representante discente, Isabel. Cláudia discorreu sobre o sofrimento dos servidores técnicos-administrativos pela incerteza de não saber onde ou no que estarão trabalhando no dia seguinte. E a estudante de pós-graduação frisou que está claro que a real explicação para a fusão dos departamentos é orçamentária e que tais medidas não levam em conta os danos que serão causados aos próprios alunos pertencentes aos cursos destes departamentos.

Após as falas, houve 2 blocos de 3 perguntas. As respostas dadas pela professora Encarnação, na verdade, não foram claras quanto aos motivos, mas deixaram bem claro que será preciso fazer mudanças. E que ela, pessoalmente, está indignada que não exista uma proposta vinda da comunidade. Afirmou em certos momentos que não há prazo para a realização da departamentalização (o que contraria as datas estabelecidas).



*Tato, da Adunesp, fala durante o debate em Botucatu*

## **Avaliação**

O que se notou na plateia é que ninguém estava contente. As perguntas eram todas feitas com desconfiança. Entretanto, a diretora ressaltou por diversas vezes que caberia somente à Congregação dar a palavra final. Os representantes da reitoria apresentaram suas exigências baseadas em suas próprias tendências, que são ao mesmo tempo “cartesianas” e “modernizadoras”. Insistiram em oferecer (falsamente) um protagonismo das unidades nas mudanças, que apenas a reitoria considera serem necessárias e urgentes (!!). Negaram que são explicadas por razões orçamentárias, mas não mostraram como as mudanças seriam benéficas academicamente.

Na apresentação da reitoria, permaneceu a mesma retórica de necessidades urgentes sem revelar com clareza o porquê, e sem esclarecer os possíveis “bons” reflexos das mudanças propostas. Mais uma vez, não se tem (da reitoria) transparência sobre as razões que deram origem às propostas, assim como tem sido com tantas outras. A audiência local contestou de diversas formas, mas não houve um milímetro de recuo dos representantes.

A plateia contou com um número razoável inicialmente, de cerca de 70 pessoas das 3 categorias.”